



Cadernos
**Vivência
Amazônica**

*Quebradeiras
de coco babaçu*

1

CADERNOS VIVÊNCIA AMAZÔNICA Nº 1
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Projeto de Extensão Vivência Amazônica
Universidade de Brasília

Vivência Amazônica 2019

30 de novembro a 21 de dezembro de 2019

Editor

Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz)
Centro de Estudos Avançados
Multidisciplinares (CEAM)
Universidade de Brasília (UnB)

Organização

Profª. Drª. Enaile do Espírito Santo Iadanza
Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade
Pedro Saliba Curi
Larissa Gomes Machado

Projeto gráfico e editoração

Raíssa Ferreira

Fotografias

Acervo do Núcleo de Estudos Amazônicos

Brasília - DF, maio de 2020.

Endereço no repositório UnB:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39331>

Ficha elaborada pela bibliotecária Heloiza Faustino dos Santos

Q3 Quebradeiras de coco babaçu [recurso eletrônico] / organização
Enaile do Espírito Santo Iadanza ... [et al.]. - Brasília :
Universidade de Brasília, 2020.
24 p. : il. ; 21 cm. - (Cadernos Vivência Amazônica; 1).

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web: <neaz.unb.br>.

ISBN 978-65-86503-08-1 (e-book)

1. Amazônia - Aspectos sociais. 2. Babaçu. 3. Comunidades -
Amazônia. I. Iadanza, Enaile do Espírito Santo (org.). II. Série.

CDU 3(811)

APRESENTAÇÃO

Os Cadernos Vivência Amazônica pretendem mostrar algumas das experiências vividas pelos e pelas estudantes que participaram do Projeto de Extensão “Vivência Amazônica”, coordenado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB), e dar visibilidade aos modos de vida e trabalho e à cultura das comunidades vivenciadas e suas relações com a natureza.

O Projeto Vivência Amazônica tem sido realizado a cada ano letivo e tem como principais participantes os e as estudantes da disciplina “Tópicos Especiais sobre a Amazônia”, do NEAz/CEAM/UnB. Os e as estudantes se organizam cerca de seis meses antes da concretização da Vivência Amazônica para planejar a elaboração do projeto, a agenda, o roteiro, o período, as habilidades e cuidados, e para realizar estudos sobre as comunidades selecionadas.

A Vivência Amazônica busca proporcionar às e aos participantes uma aproximação às realidades e causas amazônicas. Desta forma, entendeu-se que o contato dos e das estudantes com a Amazônia, além da sala de aula, seria importante para que pudessem conhecer o meio natural, as transformações que vêm ocorrendo nessa vasta região, as cidades e seus equipamentos e vivenciar a realidade dos povos indígenas, das populações e comunidades tradicionais da Amazônia.

Também pretende contribuir para o processo de autoconhecimento de seus participantes, de interações destes com o contexto vivenciado e mediado por intensos diálogos e relações de trocas entre os e as participantes da Vivência e o conjunto dos povos indígenas, populações e comunidades tradicionais e demais sujeitos que participam da Vivência e de seu processo de construção. Os ensinamentos de Paulo Freire seguem conduzindo todo o processo de aprendizado, possibilitando entendimentos de que “não há saber mais, não há saber menos, há saberes diferentes”.

Esperamos que a série Cadernos Vivência Amazônica contribua para despertar o interesse por esse mundo, desconhecido para muitos, que é a Amazônia, com seus ricos ecossistemas e a grande diversidade étnica e cultural de seus povos e comunidades.

Boa leitura



SUMÁRIO

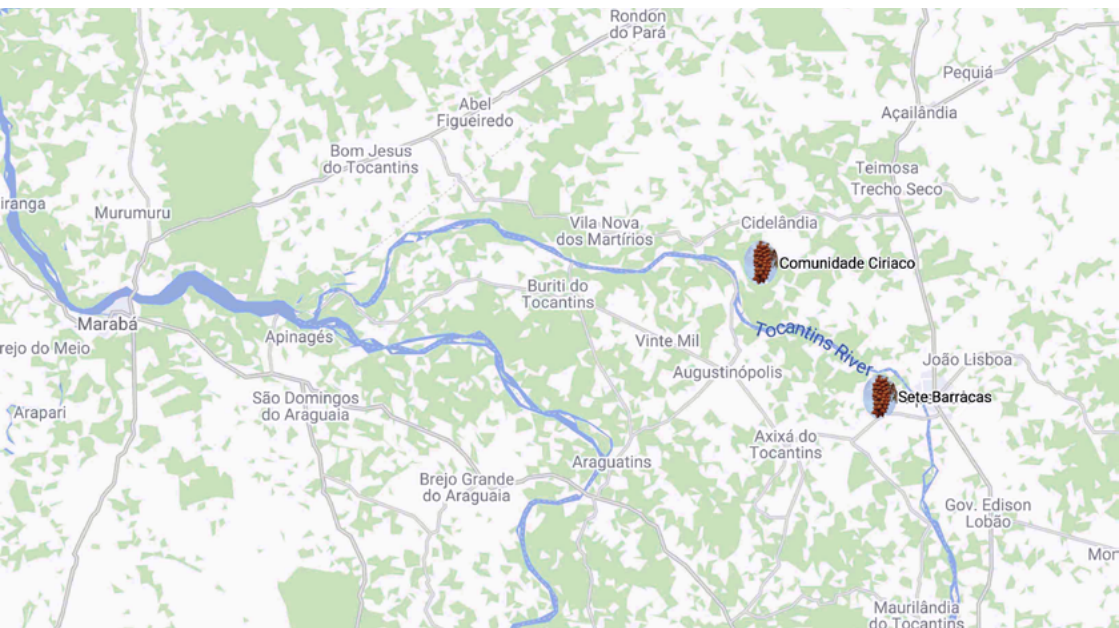
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	6
A Mãe Babaçu	7
Comunidade Sete Barracas	9
Comunidade Ciriaco/ Reserva Extrativista do Ciriaco	12
Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu	15
Desafios Relatados	18
Músicas da Luta	19
Lideranças destacadas pelas Comunidades	19
REFERÊNCIAS	20
AGRADECIMENTOS	21
FOTOS	22
PARTICIPANTES DA VIVÊNCIA AMAZÔNICA 2019	23

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

A Vivência Amazônica esteve, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2019, em duas comunidades cuja atividade principal de seus membros se insere na interação com a natureza através do trabalho em áreas de ocorrência de babaçuais. São comunidades de quebradeiras de coco babaçu, que firmaram sua identidade na luta pela

conservação da natureza e pelo direito ao uso de seus espaços de trabalho.

As comunidades de quebradeiras de coco babaçu vivenciadas foram as comunidades Sete Barracas, no município de São Miguel do Tocantins, no Tocantins, e a comunidade Ciriaco, da Reserva Extrativista do Ciriaco¹, no município de Cidelândia, no Maranhão.



Localização das comunidades Sete Barracas, no Tocantins e Ciriaco, no Maranhão.

Nas duas comunidades foram realizadas rodas de conversa com as quebradeiras, onde elas puderam falar sobre sua história, produção, organização, suas vidas, suas lutas e conquistas. Foram visitadas áreas de

babaçuais e acompanhados os processos da quebra do coco babaçu e a produção de carvão. Foram visitados ainda e a fábrica de extração de azeite e de produção de sabonete.

¹A Reserva Extrativista do Ciriaco inclui quatro comunidades: Alto Bonito, Centro do Olímpio, Ciriaco e Viração.



Roda de conversa realizada na comunidade Sete Barracas, município São Miguel do Tocantins, no estado do Tocantins.



Roda de conversa realizada na comunidade Ciriaco, município de Cidelândia, estado do Maranhão.

Antes de conhecer um pouco a história e vida das comunidades vivenciadas é necessário nos referir ao bem da natureza que, a partir do trabalho das mulheres das regiões onde ele ocorre, adquirem

a identidade de quebradeiras de coco babaçu. É o babaçu que unifica essas duas comunidades que foram vivenciadas pelos/as estudantes, professores e servidores da Universidade de Brasília.

A Mãe Babaçu

A palmeira do babaçu é considerada mãe das quebradeiras de coco. É ela que possibilitou a construção de sua identidade, o reconhecimento de pertencer a um grupo social e se organizar para lutarem pelos direitos de acesso a terra e ao importante bem da natureza que é o coco babaçu. E é ela, símbolo e imagem de mãe, que proporciona a sobrevivência da família. Emília Alves da Silva Rodrigues explica o significado da palmeira do babaçu e sua associação como mãe das quebradeiras:

“Babaçu é a nossa mãe. Já teve dia na nossa vida como mulher, quebradeira de coco, mãe de família, que a gente não tinha nada em casa para comer e a única solução era ir debaixo dela catar o que tinha lá para quebrar para transformar em alimento. Aí a gente saía de manhã, às vezes a gente deixava os filhos com alguma farinha, um pouco de comida, e a gente ia

catar debaixo das Palmeiras. Quebrava aqueles coquinhos que a gente achava lá pra gente chegar em casa pra vender e comprar alguma coisa para comer. (...) A gente foi para baixo das Palmeiras e começou a dizer que é a nossa mãe, porque a mãe, quando o filho tá com fome, ela tira tudo que ela tem e dá para o filho. Ela pode estar com fome, mas ela tira tudo e dá para os filhos, nem que ela fique com fome, ela dá para os filhos comer. Então, ela é nossa mãe porque dá o alimento para nós. A gente quebra aquele coco, vende ou tira um azeite para comer, para temperar. Das cascas faz o carvão para cozinhar a comida, tudo isso ela gera é uma mãe que ajuda os filhos dela principalmente na época que a gente mais precisou e não tinha de onde buscar. As palmeiras crescem e quando elas ficam muito velhas elas não põem mais coco. Então elas servem ou para madeira, ou então tira ela e usa como adubo mais pra

frente. Mas produção ela não tem mais. Por isso a que a Palmeira é como se fosse uma pessoa. Além dela tá ali e ter os filhos dela com nove meses. Ela bota um cacho e o cacho dali a nove meses vai cair, como a gente. Ela vai ficando velha e não produz mais.”



Babaçual visitado durante a Vivência Amazônica 2019.

O babaçu é uma palmeira que ocorre no Brasil, principalmente, nos estados de Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins. Existem dois gêneros de babaçus, *Orbignya* e *Attalea* que se subdividem em algumas espécies. O fruto de ambos os gêneros são comumente denominados de babaçu. A palmeira pode medir 10 a 30 metros de altura e seu caule pode ter 20 a 50 centímetros de diâmetro.

A partir de oito a dez anos o babaçu frutifica e após 12 a 15 anos estará em plena produção. Neste estágio ela pode ter de 3 a 5 cachos e cada cacho 250 a 500 cocos, que quando amadurecem começam a desprender-se e caem. O florescimento em geral acontece entre janeiro e abril e os cocos começam a cair no período seco até início do chuvoso (agosto a dezembro).



Frutos da palmeira do babaçu no cacho.

Os estágios de crescimento da palmeira do babaçu são conhecidos como pindova, que é a fase da infância destas espécies, quando as palmeiras têm cerca de três folhas; o capoteiro, a fase das palmeiras jovens, com caule ainda sendo formado; e as palmeiras adultas, fase na qual as plantas se encontram em produção.

O coco do babaçu é composto por três partes: uma externa, fibrosa, denominada de epicarpo, que corresponde a 11-13% do fruto; a seguir vem o mesocarpo, camada rica em amido, e que corresponde a 20-23% do fruto e outra parte interna, lenhosa, chamada de endocarpo que corresponde a 57-63% do fruto e envolve as sementes (amêndoas). O número de amêndoas por fruto varia de 2 a 8 e corresponde a 7-9% do fruto.



Cocos do babaçu coletados e vista de um coco por dentro com suas partes.

Do babaçu tudo se aproveita. Da amêndoa é possível fazer o leite, o azeite, o sabão, o sabonete. O caule (estipe) é utilizado na construção de casas, como esteios e paredes, e com as folhas cobrem-se os telhados. Estipes e folhas também são utilizados para as instalações de animais, armazenamento da produção e como proteções de plantas cultivadas nos quintais. A partir das folhas ainda são confeccionados cestos para o transporte dos cocos, chamados cofo. Do mesocarpo é feita a farinha bastante consumida nas comunidades e o endocarpo é transformado em carvão e utilizado na confecção de artesanatos.

Comunidade Sete Barracas

A comunidade vivenciada Sete Barracas está localizada no município de São Miguel do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins. Historicamente, esta região foi marcada por conflitos pela posse da terra ao longo, principalmente, das últimas décadas do século XX.

Segundo os membros da comunidade que conversamos, os primeiros moradores do local construíram sete barracas e assim ficou o nome da comunidade: “Sete Barracas”. Vale referir que nesse período da chegada dos primeiros moradores em meados do século XX o processo migratório ocorria nessa região, principalmente, devido à grilagem patrocinada pelo latifúndio, que vinha se apropriando das terras do Nordeste brasileiro rumo à Amazônia.

Nas décadas posteriores os camponeses do Bico do Papagaio passaram por vários conflitos pela posse da terra, constatados em relatos existentes e organizados em livros e dissertações. A comunidade Sete Barracas foi sentir, principalmente a partir de 1972, essas pressões de grileiros e latifundiários para saírem da terra, mas muitos resistiram. Esse período marcou a comunidade, e sua coesão vem da luta que travaram para permanecerem na terra e expulsarem o grileiro. Seu João Bertolo da Silva, membro da comunidade Sete Barracas, contou sua história e em suas palavras vem exposta a saga dos camponeses e a força para resistir na terra:

“Cheguei aqui nos anos em 1973, sou de Coelho Neto, no Maranhão. Meus pais saíram de Coelho Neto já nos anos 40 expulsos por grileiros, aí meu pai me criou aqui na baixada dos Cocais, no Mearim, no Maranhão. Teve lá uma porção de tempo quando eu era criança (...). Meu pai contava quando ele saiu de lá da região que eu

nasci, o cara que tava tomando conta das terras de lá, era área de babaçual, também dizia que comprava a terra do Estado, e quando chegava tirava todo mundo. Meu pai não comprava a terra do Estado porque ele era pobre. Ele vivia dentro do mato, na roça trabalhando. Então ele corria para frente, para outra cidade. Foram uns quatro municípios, um do lado do outro. Depois que eu fiquei grande eu disse assim para o meu pai: - meu pai você quer saber de uma coisa, esse mundo diz que vai se acabar, mas antes dele se acabar nós vamos tirar um pedaço para nós -. Aí a gente criou uma ideia de sair de uma cidade que era lá no Maranhão. Lá já tava grilagem de terra também. A gente viu muita gente ser presa para desocupar as terras que eles moravam. Chegava grileiro e jogava eles para fora.

Aquelas pessoas que eram trabalhador dentro da roça, dentro do mato desinformado não conhecia seus direitos, não conhecia nada. Eles vendiam para as empresas grandes lá para cidade, quando os pobres davam fé eles diziam que eram o dono e nessa história muitos saíram, perdiam casa, perdiam tudo, os barracos que moravam, as coisinhas... Aí eu disse: - pai a coisa tá arrochando para o nosso lado, vai ficar pesado para nós. Aí nós saímos de lá e viemos pra cá. Quando nós chegamos aqui nós já chegamos sufocados, tinha gente dizendo que era dono de oito mil alqueires de terra. Com essa história, a gente começou a saber qual era o sentido. O pobre do trabalhador, desinformado, não conhece seus direitos, não conhece nada. Aí a gente começou a preocupar sobre essa parte, quando a gente começou a descobrir essa lei que defende os direitos. Aí a gente começou a lutar para criar sindicato. E também não tinha sindicato, não tinha nada.

Se juntou e começou a botar o pé na terra e vamos ficar aqui, não vamos sair mais não.”

Esse período era o da ditadura militar no Brasil e qualquer organização que lutasse por direitos dos trabalhadores e trabalhadoras era fortemente reprimida. Em meados dos anos setenta do século XX, a região de Sete Barracas e do Bico do Papagaio ganha um importante reforço em sua luta com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)². Esta organização surge “como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam” (CPT, 2010). Seu João Bertolo da Silva menciona em seu depoimento a presença e contribuição da CPT na região: Graças a Deus apareceram pessoas para nos orientar, primeiro a Comissão Pastoral da Terra e aí a gente conversou com pessoas que passaram a explicar para gente que se a gente morasse na terra tinha aquele direito.

O grileiro conseguiu subjugar os posseiros aos seus desmandos até finais dos anos 70 do século passado. Os posseiros tiveram que plantar capim para continuar na terra, alguns passaram a pagar renda, outros foram para terras vizinhas para continuarem trabalhando na roça e outros viram suas posses serem cercadas (FERRAZ, 1998). Mas com o reforço da CPT, contribuindo com a formação e organização sindical,

os trabalhadores e trabalhadoras rurais conquistam o seu sindicato para defender seus direitos e enfrentar os conflitos com grileiros e fazendeiros.

Para a região do Bico do Papagaio, palco de intensos conflitos agrários, a década de 1980 foi importante. A descoberta de ouro em Serra Pelada, as mudanças nos órgãos que tratavam da regularização das terras na região e a imposição da migração do camponês para as áreas urbanas favoreceriam a apropriação indevida das terras e consequentemente o latifúndio. Nessa década, os latifundiários se aparelham para atacar ainda mais os camponeses e as camponesas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é criado em 1983, sob forte repressão policial, e as famílias de posseiros de Sete Barracas se animam para reocupar a terra. Foram os momentos de união para realização da roça, para arrumar as moradias e dividir as colheitas. O grileiro inconformado com o enfrentamento dos posseiros, que não se renderam às suas ameaças, registrou uma denúncia que foi acatada com um mandato de despejo³. Seu Antônio Cipriano⁴ disse que “aqui veio 160 policiais e despejou nós da comunidade e ficaram oito jagunços dizendo que ele fazia o que ele queria”, em referência ao grileiro.

As famílias que viviam em Sete Barracas foram expulsas, mas permaneceram na vizinhança. Recusaram a proposta de indenização oferecida pelas autoridades policiais e continuaram a ser ameaçadas

² A Comissão Pastoral da Terra foi criada em junho de 1975, por ocasião do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, em Goiânia, estado de Goiás, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

³ As famílias de Sete Barracas foram despejadas no dia 18 de setembro de 1984 (FERRAZ, 1998).

⁴ Seu Antônio Cipriano participou da roda de conversa, no dia 1 de dezembro de 2019, com os/as integrantes da Vivência Amazônica e no dia seguinte nos proporcionou um breve relato de sua vida e luta numa visita guiada ao memorial de sua companheira de 35 anos, Dona Raimunda Gomes da Silva, importante líder das quebradeiras de coco babaçu que faleceu em novembro de 2018. Ainda durante a Vivência Amazônica, no dia 15 de dezembro de 2019, recebemos a notícia de seu falecimento.

pelos jagunços. Nesse processo, as mulheres passam a ter um papel fundamental. No despejo tentam sensibilizar os policiais e, posteriormente, com o agravamento da pobreza e fome, um grupo de mulheres resolve enfrentar os jagunços transpondo as cercas do latifúndio para apanhar o coco babaçu e alimentar suas famílias. Em maio de 1985, entre uma ameaça e outra, ocorre o afastamento dos jagunços, ficando apenas o gerente do latifúndio. As famílias se sentem fortes e unidas, reocupam e reconstróem suas antigas casas, algumas haviam sido queimadas, e realizam a colheita de seus plantios (FERRAZ, 1998).

Mas os conflitos na região do Bico do Papagaio continuaram e o assassinato do Padre Josimo Morais Tavares⁵, da Comissão Pastoral da Terra, por um latifundiário proporciona novos contornos à luta pela terra na região.

“A luta é boa, mas é difícil. Tem hora que a gente quer desanimar, mas a gente permanece. Mas é difícil. Vocês sabem da história que até mataram o Padre Josimo. Mataram o nosso padre para ver se a luta acabava. Quando mataram o Padre Josimo aí que a gente se lançou na luta, não esmorecemos (Seu Antônio Cipriano, comunidade Sete Barracas).”

O assassinato do Padre Josimo foi um marco na luta pela terra na região. A repercussão do crime colocava em

pauta a urgência da Reforma Agrária. O Brasil passava pelo período de abertura política, com um intenso debate sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em torno da elaboração de uma nova Constituição brasileira. Os debates sobre a nova Constituição Federativa do Brasil⁶ provocaram também os latifundiários que formam, em 1985, uma entidade paramilitar denominada União Democrática Ruralista (UDR). O objetivo da UDR era a defesa das suas propriedades, apropriadas indevidamente a partir da expulsão de famílias de agricultores por todo o país. Para isso, a UDR financiou pistoleiros provocando os mais violentos conflitos ocorridos nessa década, com assassinatos de lideranças, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, religiosos entre outros que fossem de encontro aos seus interesses latifundiários⁷.

Em 1986, por pressão dos sindicatos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e dos agricultores do Bico do Papagaio, o governo prometeu desapropriar algumas áreas, entre elas a Fazenda Pontal, de Sete Barracas. Assim, foram desapropriados 847 hectares para criar o Projeto de Assentamento Pontal e assentadas 27 famílias⁸. A institucionalização do assentamento foi uma vitória para as famílias da comunidade Sete Barracas e um reconhecimento de seus direitos a terra. Ela também possibilitou que a comunidade tivesse acesso a políticas públicas a partir de projetos que contribuíssem com sua organização e produção.

⁵O Padre Josimo foi assassinado no dia 10 de maio de 1986, em Imperatriz, Maranhão, quando subia as escadas do prédio onde funcionava o escritório da Comissão Pastoral da Terra.

⁶Denominada de Constituição Cidadã, a nova Constituição brasileira foi promulgada em 1988, e suas páginas reforçam o direito à terra a quem nela trabalha. Suas linhas tiveram a participação de diversos movimentos sociais que lutavam por justiça no campo e pela reforma agrária, o que possibilitou o avanço na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

⁷Para saber mais sobre os conflitos, perseguições, assassinatos e outras formas de tortura, ver os relatórios sobre conflitos agrários da Comissão Pastoral da Terra, organizados anualmente desde 1985 (www.cpt.org.br).

⁸O ato de criação do Projeto de Assentamento Pontal é do dia 28 de junho de 1988.

Comunidade Ciriaco / Reserva Extrativista do Ciriaco

A comunidade Ciriaco está localizada no município de Cidelândia, no estado do Maranhão. Quem conta um pouco de sua história é uma de suas moradoras, Maria Faustina dos Santos, liderança das quebradeiras de coco babaçu, cujo pai foi um dos primeiros a chegar à região. Seus relatos também mostram as situações pelas quais passaram esses trabalhadores, que buscavam melhores condições de vida para sua família, e que eram expulsos das terras que trabalhavam e viviam.

“Meu pai era lá do Piauí, mas ele veio do Maranhão e aí ficou trabalhando nas terras de dono. Inclusive ele morou no Brejo Paraibano. Eu não nasci lá não, eu sei por que me contaram a história. De lá nós fomos pra Caxias. Eu sou natural de Caxias, aqui mesmo no Maranhão. Sempre lá também trabalhando em terra de dono, aí ele disse: - olha, eu vou morrer, mas eu vou deixar vocês sossegados porque eu vou caçar um lugar pra colocar vocês. Aí ele veio pra cá (...). Foi atrás de um tio meu que se chamava José Ferreira Batista, mas o apelido de Ciriaco, e aí trouxe ele e ficou aqui nessa terrinha bem aí. Aí ficou e daí antes do meu pai morrer eu vim pra cá. Eu vim morar aqui no dia 29 de junho de 1973.”

A expressão “terras de dono”, comum entre as trabalhadoras e trabalhadores da região, dá significado às injustiças que ocorrem no campo com a apropriação das terras e a subordinação a que estão sujeitos os trabalhadores e trabalhadoras. Outra quebradeira de coco babaçu conta como era a vida das mulheres para ter acesso

ao babaçu, apropriado pelos grileiros e latifundiários, e sustentar suas famílias.

“Minha mãe cansou de chegar em casa com as costas apanhadas de arame. Ela “roubava” os cocos pra quebrar pra poder sustentar a gente. Ela saía às 6 da manhã pro mato pra quebrar o coco e meu pai saía pra roça. Quando ela não achava alguém no mato pra correr atrás dela, ela quebrava sossegada e quebrava mais um pouco. E aquele pouco que ela quebrava, ela chegava em casa e já dividia: - Você vai vender e trazer um pouquinho de arroz, um pouquinho de farinha e uma caixa de fósforos. E o meu pai não esquecia, traz o fumo, ele fumava e ela tb. A gente ia cantando pra não esquecer, eu e meu irmão. Aquele dia que a gente ia comer o arroz era uma alegria pra gente. Então, cansei de ver minha mãe chegar com a blusa rasgada e aí a gente perguntava e ela dizia: - Menino eu hoje levei uma carreira de animal do vaqueiro fulano de tal corri (...). Graças a Deus que hoje já não tem mais isso. Porque pela união, a gente uniu as mulheres e hoje a gente tem várias vitórias para contar.”

O marco da comunidade Ciriaco foi a criação da Reserva Extrativista. Cansados dos conflitos com fazendeiros e grileiros e aproveitando a oportunidade da conjuntura brasileira, que forçava o governo a concretizar medidas de proteção ambiental para dar respostas, principalmente, à comunidade internacional, mobilizada para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

⁹A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992.

e Desenvolvimento (Rio-92)⁹ e do Fórum Global, paralelo à Rio-92, a comunidade Ciriaco parte para lutar pela criação da Reserva Extrativista (RESEX).

“Nós temos o direito de viver em liberdade. Nós vivíamos na mão do fazendeiro. Todo mundo trabalhava era alugado, na terra dos fazendeiros. Daí por diante a gente então... vamos lutar. Aí fomos lutar junto andando. (...) Mas o que a gente avançou mesmo, com parcerias que a gente teve, foi quando a gente foi em Brasília. Na época o ministro do meio ambiente era Sarney Filho, não lembro bem quando foi, mas foi naquele dia do primeiro derramamento de óleo no rio Amazonas. (...) Ele perguntou: - Pra que vocês querem essa terra? Nós queremos porque nós precisamos da terra, precisamos viver bem, precisamos viver sossegado. E quando a gente saiu de lá a gente já saiu com uma equipe de levantamento socioeconômico já planejado. Em três dias chegaram e foram trabalhar. Quando eles saíram deixaram as terras, não todas, já demarcadas e quando foi 2002 para 2003 essas terras foram indenizadas e entregues para cada um o seu sítio. Ainda não foi toda porque tem fazendeiro que ainda

tem terra aqui dentro. Mas a esperança da gente é que ela seja toda nossa (Maria Faustina dos Santos, quebradeira de coco babaçu da RESEX do Ciriaco).”

A Reserva Extrativista do Ciriaco foi criada em maio de 1992¹⁰, quatorze dias antes do início da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Posteriormente, em 2010, seus limites foram ampliados¹¹, passando de 7.050 hectares para 8.106,75 hectares, os quais englobam as comunidades Ciriaco e outras três, as comunidades São Francisco Bonito, Alto Bonito e Centro Olímpico, perfazendo um total de 1150 pessoas na RESEX. Esta Unidade de Conservação criada possibilitou concretizar as reivindicações da comunidade Ciriaco de garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da região sobre a terra e da preservação da palmeira babaçu, importante bem da natureza para a subsistência familiar.

A criação da RESEX, em 1992, e da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriaco (ATARECO), em 1995, possibilitaram apoios públicos, de organizações não governamentais e de empresas. Foi possível



Visualização da Reserva Extrativista do Ciriaco e sua importância na preservação da vegetação.

¹⁰ A RESEX do Ciriaco foi criada pelo Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992.

¹¹ Os limites da RESEX do Ciriaco foram ampliados pelo Decreto s/nº, de 17 de junho de 2010.

a construção de casas para as famílias; a aquisição de máquinas para processamento de óleo de babaçu; a construção da unidade de beneficiamento da amêndoa do babaçu; a aquisição de veículo para a Associação; a construção de galpão para quebra coletiva de coco babaçu, entre outras estruturas e apoios para a comunidade.



Sede da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriaco (ATARECO)

O presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativista da Reserva Extrativista do Ciriaco (ATARECO), Anderson Luz Custódio, afirma que com a Reserva criada e através da sua Associação as coisas na comunidade melhoraram bastante.

"Aqui tava numa confusão porque tiveram diversos conflitos com os fazendeiros que tem aqui. O decreto da RESEX foi assinado em 1992. Os fazendeiros não queriam, o pessoal que era chegado nos fazendeiros não queria. O pessoal é mais organizado aqui no Ciriaco, que a partir de um grupo de pessoas foram tendo reuniões. Aí foram organizando e foi criada a Associação em 1995 e a partir do momento que a organização é feita tudo fica mais fácil. Daí pra cá a briga coletiva foi mais fácil. Tiveram que ir a Brasília brigar com pessoal, com os políticos mesmo, algumas vezes para poder chegar onde chegou hoje. Indenizaram a terra. Eu era criança ainda em 2002, que foi quando começaram a indenizar as áreas

aqui. Tem uns 2% a 3% que ainda falta terminar de indenizar. Mas saiu daquela confusão. Com a RESEX modernizou muito, porque antes naquela época as mulheres sofriam mais. Hoje elas juntam o coco e o trator busca. Vocês vão ver lá na fábrica, vão ver que tem um monte de coco lá. Talvez as mulheres tão até quebrando lá. Mas antes elas colocavam um cofinho na cabeça, com o machado dentro, uma cumбуquinha com um arrozinho, uma cabacinha com água e sumia dentro das terras. Aí o cara não queria: - Vocês vão quebrar o coco aí, mas é pra tirar as cascas porque senão vai cortar o casco do meu gado. Vocês vão ver a casca do coco lá, ela fica como se fosse uma faca. Aí a vaca cortava no meio e feria na pata e era uma confusão isso. (...) Depois que foi indenizado e repartido, as famílias têm áreas para trabalhar, distintas e tem um grupo organizado. Tem até um decreto que foi reconhecido no conselho deliberativo que elas têm liberdade para entrar nas áreas indistintamente para pegar o coco. Agora acabou esse problema. Essas são algumas das conquistas. Outra coisa também com a organização, vocês chegaram e viram o nome na parede, se prestaram a atenção: Centro de Aquisição de Alimento do Povoado de Ciriaco. É o Programa de Aquisição de Alimentos que a gente tá executando aqui com a CONAB. A produção é feita aqui também e a Associação concorre ao edital. Se selecionada, a CONAB libera o recurso que vem do governo e a Associação vai executando ele aqui e passando pro CRAS e o CRAS distribui a cesta básica. A gente tá fazendo isso aqui, a produção feita aqui e também tá sendo distribuída aqui também. Os produtos são da horticultura: melancia, abóbora, abobrinha, maxixe, quiabo, cheiro verde, feijão. O básico da mesa do trabalhador faz parte do programa aqui. (...) Essas são parte das conquistas que a

gente tem. Tiveram muitas conquistas (...). Tem aqui, esse barracão é da Associação, tem a sede ali. Com a organização, vocês vão ver a fábrica de óleo e agora vai ser reestruturada para receber o selo de certificação sanitária. Isso tudo através da organização social da comunidade. Vocês vão ver também que tá sendo produzido sabonete, diversos tipos de artesanato. O óleo já é um avanço muito grande. Só aquece a amêndoa, coloca na prensa e o óleo sai de um lado, espera pra decantar e coloca na garrafinha. Modificar, a coisa modificou muito. As tecnologias ajudaram muito a gente, e isso tudo através da Associação.”



Galpão da unidade de beneficiamento do coco babaçu da RESEX do Ciriaco.



Fábrica de sabonete a partir do azeite de babaçu da RESEX do Ciriaco.

Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu

As mulheres das comunidades vivenciadas sempre foram quebradeiras de coco babaçu, mas sua identidade é reafirmada principalmente quando se percebem e se organizam enquanto quebradeiras de coco. Com organização conseguem com mais força lutar por seus direitos, como também enfrentar a opressão masculina. Neste sentido, a criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é um marco para as mulheres quebradeiras de coco.

A organização nacional das quebradeiras de coco teve início em 1991 a partir do I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Organizam-se como Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e em 1995 mudam o nome para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com incidência nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. O MIQCB possui seis regionais, entre elas a do Bico do Papagaio e a de Imperatriz, que acolhem as comunidades vivenciadas. Sua sede se localiza em São Luís, capital do Maranhão.

Com o MIQCB “foi possível a luta de proporções nacionais e depois o ganho das terras, a derrocada do machismo, e a ascensão dos direitos de agricultora, de mulher, e de cidadã na realidade dessas mulheres” (MIQCB, 2020). Também esse Movimento trabalhou a autoestima e consciência das mulheres para que fossem “ativas socialmente e economicamente” (MIQCB, 2020). “O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) representa um instrumento vital de mobilização e de construção da identidade coletiva, identidade esta que se liga fortemente a preservação das áreas

de babaçu, mas que ultrapassa o vínculo econômico, passando a ser parte da natureza e da construção social destas (vínculo identitário) (SOARES & ARRUDA, 2018).

A ação das quebradeiras de coco babaçu, organizadas no MIQCB, passa pela “regularização e acesso do/ao território e acesso aos recursos naturais, que compõem a base de sustentação das comunidades agroextrativistas” (MIQCB, 2019). Com o MIQCB as mulheres foram “incentivadas a refletir sobre as relações de gênero, gerações e etnias, bem como, a encontrar soluções conjuntas para seus principais problemas, inclusive formas de eliminar abusos e violências contra a mulher” (MIQCB, 2019). Emília Alves da Silva Rodrigues, membro da direção do MIQCB relata a ação do movimento com as quebradeiras de coco babaçu:

“Quando agente começou esse trabalho com as mulheres não era muito fácil porque as mulheres eram todas desconscientizadas. A maioria das mulheres achava que a gente sofria porque Deus queria que a gente sofresse. Às vezes a gente falava assim: - Mas a gente tá sofrendo isso, a situação tá tão ruim, o povo tá derrubando os cocos, a gente tá ficando sem babaçuais. Elas falavam: - Não, tá desse jeito porque Deus quer. Tudo que a gente falava elas achavam que a gente sofria porque Deus queria. Porque elas não entendiam, não eram conscientizadas, não sabiam de nada. Depois que a gente começou a trabalhar com o movimento e com as outras organizações de conscientização das mulheres, pra elas saberem mais ou menos como é que era a luta, como é que era a nossa vida, que que nós queríamos pra nossa vida, elas começaram a entender que a gente tava sofrendo não era porque Deus queria. Deus não quer que seus filhos, um viva bem e o outro vida morrendo de

fome. (...) Então elas passaram a entender que Deus não queria isso pra nós. E quem tava querendo isso eram os grandes, que queriam que a gente sofresse tudo isso, enquanto eles derrubavam nossos babaçuais, enquanto colocavam veneno nas pindovas pra que elas não pudessem crescer pra ter o nosso babaçu.

Então o movimento foi se organizando e conscientizando as mulheres. Fazendo encontros, fazendo cursos, fazendo seminários, principalmente seminário de gênero. Porque a maioria das nossas mulheres sofreu muita violência, violência até do próprio marido. E elas não entendiam que elas tinham como se defender. Achavam também que ela sofria ali com o marido, que o marido podia fazer o que quisesse e até bater, que elas nasceram pra aquilo mesmo, com aquela sorte, então a sorte delas era aquela de sofrer, de ser massacrada e tudo isso. E a gente foi trabalhando e com esse trabalho que a gente foi fazendo elas foram entendendo que não era assim, que quando a gente tem um companheiro, o companheiro tem que trabalhar de acordo com a mulher. Porque a gente tem um marido, é pra ele viver de acordo com a gente. Porque a gente é mulher e a gente tem que trabalhar lado a lado com o marido. De acordo um com o outro. Todo mundo se conscientizando tranquilo, não massacrando. Também elas começaram a entender que a gente não foi feita do solado dos pés do homem, a gente foi feita da costela. Então não foi pra gente ser massacrada. Então é pra andar lado a lado, o marido e a mulher. Então tudo isso elas passaram a entender. A gente tava se conscientizando, não para massacrar o marido e achar que a gente era maior do que ele, mas que a gente era igual. A gente não podia viver sofrendo e ele massacrando, mas que a gente tinha que viver igual, um com o outro. Então

isso fez a nossa organização ir crescendo, crescendo cada dia mais. Às vezes a gente jogava as borocas nas costas, porque a gente chama boroca a bolsa. Eu me lembro quando a gente bota a bolsa nas costas e vai pro mundo. Muitas pessoas achavam que quando a gente fazia aquilo, a gente não saía pra trabalhar, a gente saía pra ser ruim, pra fazer coisa que não prestava. Quem fazia isso era homem, né? Homem que jogava as borocas nas costas e sumia no mundo, mulher não. Ai hoje a gente vê muito isso, inclusive eu faço muito isso e minhas companheiras também. Então é todo esse trabalho que a gente fez. Não conscientizamos todo mundo, mas conscientizamos boa parte. Os homens também que eram muito machistas, saber que a gente não sai de casa pra ser ruim, a gente sai de casa pra trabalhar. (...) Então é tudo isso que nós do movimento estamos fazendo e hoje nós temos uma cooperativa. E essa cooperativa é porque nós tínhamos problema na questão de comercializar os nossos produtos que são o azeite, o mesocarpo, o sabão, o carvão e o sabonete. Então a gente criou uma cooperativa para melhorar a situação na comercialização dos produtos. Tá dando certo, a gente tá organizando e tá dando certo e isso fez com que a gente melhorasse muito. A gente dá graças a Deus que hoje a gente tem uma organização que tá ajudando as mulheres, as quebradeiras de coco que tem necessidade.”

Também é possível constatar o significado da organização para as mulheres no depoimento da quebradeira de coco babaçu da comunidade Ciriaco:

“A minha mãe me botou pra trabalhar. Ela saía de casa seis da manhã e eu, com sete anos, já tinha que tomar conta dos outros irmãos. A gente quando não pensa... Eu disse assim, menina eu vou é me casar. Eu casando não trabalho. Não imaginei que eu ia ter tanto filho pra ter tanto trabalho. Me casei com 12 anos de idade, aí fui só produzir, ter filho. Com 22 anos eu já era mãe de seis filhos, daí que eu cancelei a fábrica, dei um trancão e daí fui pensar, botar a mente para funcionar. Já não quis mais, fui criar meus filhos, hoje já são criados, já sou avó de neto. Daí agora a gente começou, há uns 10 anos atrás que eu foquei nessa luta com as mulheres e estamos aí lutando. A gente faz parte de muitas organizações. Aqui da nossa associação, a gente faz parte da fábrica das quebradeiras de coco, a gente é do conselho da estrada do arroz, do conselho daqui mesmo da nossa área. (...) A melhoria a gente não quer só pra gente né, a gente vai lutando pra buscar mais parceria, como também mais comunidade para fazer parte junto com a gente. E aí a gente tá nessa luta. (...) A gente tá conseguindo mandar uma grande quantidade de sabonete. Isso é uma conquista, que a gente não tinha e que agora tem, graças à união da nossa comunidade e de outras que já passaram que sempre lutou por essa causa e a Faustina que vai estar viajando também, lutando pela nossa causa, agora essa semana. Tudo é com fim da nossa melhoria. (...) Quando a gente vai pra reunião e pede explicação, não é só pra gente, é a nossa comunidade que necessita disso, é a nossa comunidade que conseguiu isso. Então isso é importante.



Uma das ações mais importantes do MIQCB foi a luta pelo babaçu livre. Essa reivindicação consistia em proibir a derrubada e tornar o acesso livre das quebradeiras de coco às palmeiras de babaçu para que pudessem coletar e quebrar os seus frutos. Assim, o MIQCB elaborou o Projeto de Lei nº 1.428, em 1996, denominado popularmente Lei do Babaçu Livre, apresentado na Câmara dos Deputados, mas que não teve sucesso em sua aprovação. Desta forma, o movimento partiu para apresentar o projeto às Câmaras estaduais e principalmente às municipais, onde teriam mais possibilidade de acompanhar e pressionar para a aprovação do mesmo. Com isso, alguns municípios passaram a ter em sua legislação a Lei do Babaçu Livre, entre eles os municípios de São Miguel do Tocantins (Lei municipal nº 7/2005), no Tocantins, e o de Cidelândia (Lei municipal nº 122/2005), no Maranhão. A aprovação dessas leis nos municípios foi uma importante vitória que contribuiu para fortalecer o movimento das quebradeiras de coco babaçu.

Em todo processo de luta por seus direitos, as quebradeiras de coco babaçu contaram com o apoio de organizações. Algumas foram mencionadas durante os dias de Vivência com as comunidades e principalmente nas rodas de conversa realizadas. Na comunidade Sete Barracas, a Alternativas para a Pequena Agricultora no Tocantins (APA-TO), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); na comunidade Ciriaco foram mencionadas o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Desafios Relatados

- **Maior inserção da juventude no campo.**

Muitos jovens têm ido trabalhar em São Paulo na cana-de-açúcar e em outras atividades rurais, e em garimpos, o que tem sido uma preocupação. A fábrica de sabonete e a produção de artesanato têm contribuído para atrair um pouco mais os jovens.

- **Formar lideranças.** A preocupação é principalmente formar lideranças jovens para continuar a luta das quebradeiras de coco babaçu. Afirmam que a luta não acabou e que a conjuntura brasileira vem se complicando. Ressaltam a importância da Escola Família Agrícola para realizar a tarefa de formação e de comunicação com a juventude. Observam que há que despertar novas lideranças e dirigentes.

- **Conscientizar sobre a importância do coco babaçu.** Há necessidade de formação para o entendimento do significado do coco babaçu para a renda familiar e para identidade das quebradeiras e a partir disso impedir a queima do coco inteiro para fazer carvão.

- **Impedir a derrubada das palmeiras e o envenenamento das pindovas.** Esta prática ainda é utilizada por fazendeiros para impor o gado nas áreas de babaçuais.

- **Implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei do Babaçu Livre.** Um passo foi dado, que foi a aprovação da lei no âmbito municipal, mas ainda afirmam que têm que lutar para que ela seja implementada e para os órgãos governamentais fiscalizarem seu cumprimento e conseqüentemente a garantia dos direitos de uso comum dos babaçuais.

Músicas da Luta

As quebradeiras de coco babaçu das duas comunidades vivenciadas apresentaram refrãos de músicas que cantam em seu processo de trabalho. Reproduzimos dois refrãos que reafirmam a luta pela conscientização da mulher e pela preservação das palmeiras de babaçu. Em 2012 elas gravaram um CD com as músicas cantadas, entendendo que a cultura também faz parte da sua luta.

"Oh Mulher, Te Chamo! (refrão)

*Oh, mulher te chamo, porque esta luta é tua,
Deixa esta cozinha e vamos cair na luta."*

"Xote das Quebradeiras (refrão)

*Ei, não derruba esta palmeira.
Ei, não devore os palmeirais.
Tu já sabes que não podes derrubar,
Precisamos preservar as riquezas naturais!"*



Figura 12. CD gravado pelas quebradeiras de coco babaçu. As Encantadeiras - quebradeiras de coco que cantam e encantam

Lideranças Destacadas pelas Comunidades



Raimunda Gomes da Silva foi a quebradeira de coco babaçu que colocou a luta dessas mulheres no mundo. Foi fundadora da Associação Regional

das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Contribuiu para criar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e fez parte do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) levando a pauta das mulheres extrativistas. Recebeu, em 2003, o prêmio Bertha Lutz do Senado Federal. Foi indicada, em 2005, ao prêmio Nobel da Paz. Em Sete Barracas foi construído um memorial para deixar sua luta viva. Faleceu no dia 7 de novembro de 2018 com 78 anos.



Manoel Conceição Santos foi um importante líder camponês do Maranhão. Lutou e resistiu ao regime militar, tendo sido preso, torturado

e obrigado a se exilar. Ajudou a organizar diversos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Maranhão e de outros estados. Contribuiu com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Organizou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). Foi mobilizador para a luta pela criação de Reservas Extrativistas no Maranhão, inclusive a RESEX do Ciriaco. Recebeu título Honoris Causa da Universidade Federal do Maranhão. Com 85 anos, vive em Imperatriz, estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (coord). Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, nº 3. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005. 12 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (coord). Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco - realidades e desafios - Cidelândia. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, nº 26. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. 12 p.

ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 35, n. 68, p. 129-158, jun. 2014. ISSN 2177-7055. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v35n68p129>>. Acesso em: 15 maio 2020.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Mulheres do Babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, Rido de Janeiro, 2013. 267 p.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Histórico. Fevereiro de 2010. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em 6 de maio de 2020.

DIAS, Luciene de Oliveira. Mulheres de Fibra: as estratégias das quebradeiras de coco no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Tocantins. Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente, Linha: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Palmas, Tocantins, 2005. 87 p.

FERRAZ, Síney. O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética Editora, Imperatriz, Maranhão, 1998. 180 p.

MIQCB - Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu. Quem somos. Disponível em <https://www.miqcb.org/quem-somos>. Acesso em 16 de maio de 2020.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. Enfrentando a sucuri verde: resistência camponesa e o território de uso comum - o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense. Campinas - SP, 2015. Dissertação (mestrado), UniCamp, Instituto de Geociências. 207 p.

RÊGO, Josoaldo; ANDRADE, Maristela. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Agrária. São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2005.

SILVA, Adriana Bezerra Lima. Formação Territorial da Reserva Extrativista do Ciriaco em Cidelândia-Ma e sua Reprodução Frente à Reestruturação Produtiva. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, 2018. 73 p.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos e todas que contribuíram na construção da Vivência Amazônica e os/as que estiveram conosco nesses dias em que os participantes da Vivência Amazônica 2019 tiveram a oportunidade de compreender um pouco sobre a realidade da região e da luta das quebradeiras de coco babaçu. Em especial à Emília Alves da Silva Rodrigues, Maria Helena Gomes dos Santos Amorim e Beliza Costa Souza, quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sete Barracas e integrantes da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Ao Seu João Bertolo da Silva e Seu Antônio Cipriano, trabalhadores rurais da comunidade Sete Barracas; Selma Yuki Ishii e João Palmeira Júnior, da organização Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Maria Faustina dos Santos e Maria da Conceição Santos do Nascimento, quebradeiras de coco babaçu da Reserva Extrativista do Ciriaco; Anderson Luz Custódio, presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriaco (ATARECO). Silvanete dos Santos de Sousa, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cidelândia (STTR Cidelândia); Eustáquio Sampaio e Valmir Silva Lima, viabilizaram transporte de Cidelândia para a comunidade Ciriaco. Manoel Pinto Santos, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Edmundo Rodrigues Costa e Felipe Eduardo Lopes Oliveira, da Comissão Pastoral da Terra regional Araguaia-Tocantins (CPT); Dernal Venâncio Ramos e Vinícius Gomes de Aguiar, professores da Universidade Federal do Tocantins.



Partida da Vivência Amazônica 2019

FOTOS



Visita ao babaçal de Sete Barracas



Memorial da D. Raimunda, comunidade Sete Barracas



Quebradeiras de coco babaçu da comunidade Ciriaco



Confecção de carvão na comunidade Sete Barracas



Participantes da Vivência Amazônica 2019 no galpão da RESEX do Ciriaco

PARTICIPANTES DA VIVÊNCIA AMAZÔNICA 2019

ESTUDANTES

Alexandre Arnaud Stemler Reis - Ciências Ambientais
Aline Mirian Souza Lima - Serviço Social
Amanda Pereira Gomes da Silva - Ciências Biológicas
Ana Beatriz Ribeiro Sena - Letras
André João Guilherme Martins Costa - Educação Física
Anna Clara de Faria Martins Vieira - Artes Visuais
Barbara costa Resplandes - Arquivologia
Bruna Braz Braga - Ciências Biológicas
Bruno Godoy de Moraes - Administração
Fiorella Rojo - Direito
Gabriel de Araújo Palmés - Ciência Política
Gabriel de Medeiros Jerônimo - Engenharia de Produção
Gabriely Kelly Santos Feitosa - Ciências Biológicas
Hebert Max Yammine de Almeida - Engenharia de Energia
Helena Dorneles Barbieri de Campos - Artes Visuais
Heloisa Goulart Vilela - Arquitetura e Urbanismo
Igor Mesquita Reinaldo - Comunicação Social
Igor Rodrigues Gonçalves - Engenharia Ambiental
Isabella Ferreira dos Santos - Ciências Naturais
Jefferson Martins Demétrio - Saúde Coletiva
José Rocha Grossi - Ciências Ambientais
Karin Giselle Pereira Jakobowicz - Ciências Biológicas
Lana Cristina Fernandes Rocha - Serviço Social
Lara Diniz Noblat - Gestão de Políticas Públicas
Larissa Gomes Machado - Ciências Ambientais
Lila Shalamar Aquino de Oliveira - Ciências Ambientais
Lucas de Mendonça Nunes - Saúde Coletiva
Ludmila Ewerton Moura - Engenharia Ambiental
Marcela Dálete de Moraes Santos - Ciências Ambientais
Pedro Gabriel Canuto Costa - Comunicação Social
Pedro Leon Figueredo Alves - Filosofia
Pedro Saliba Curi - Audiovisual
Raquel Moreira Wazlawosky - Serviço Social
Taryk Robert de Araújo Maciel - Geografia
Thainah Pereira de Freitas - Engenharia Ambiental
Tiago José de Menezes Cardoso - Engenharia Mecânica
Vanessa da Silva Rodrigues - Ciências Ambientais

PROFESSORES/AS DO NÚCLEO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

Ana Paula Vidal Bastos
Enaile do Espírito Santo Iadanza
Manoel Pereira Andrade

TÉCNICOS/AS DA UnB

Glauce Martins - INT
Vinícius Acioli Alves - UnBTV
Serena Veloso Gomes - Secom

Núcleo de Estudos
Amazônicos

ne
az.



UnB | FAV | CEAM

